



CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO

CARGO

TECNÓLOGO EM GESTÃO AMBIENTAL

1º.9.2019

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo..... 25 questões
- Legislação 5 questões

ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
 1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
 2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME



C onhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo

1. Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, conforme Art. 6º, Lei 6938/81. Fazem parte da sua estrutura, entre outros, os órgãos executores (item IV). É correto afirmar que são órgãos executores os descritos na alternativa:
 - A.() Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de redigir as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.
 - B.() Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.
 - C.() Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade de planejar as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências.
 - D.() Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, com a finalidade exclusiva de fiscalizar as respectivas competências.

2. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Para os fins previstos nessa Lei, entende-se por recuperação (Art. 2º – Lei 9985/2000) a definição da alternativa:
 - A.() **Recuperação:** restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original.
 - B.() **Recuperação:** restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada, que pode ser diferente de sua condição original.
 - C.() **Recuperação:** restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que não pode ser diferente de sua condição original.
 - D.() **Recuperação:** restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada, que não pode ser diferente de sua condição original.

3. A coordenação da Política Nacional de Educação Ambiental ficará a cargo de um órgão gestor, na forma definida pela regulamentação da Lei 9795/99 (Art. 14). São atribuições do órgão gestor (Art. 15):
 - A.() Definição de coordenação para implementação em âmbito nacional (I); articulação de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional (II); participação na negociação de financiamentos de projetos na área de educação ambiental (III).
 - B.() Definição de programas para implementação em âmbito nacional (I); supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional (II); participação na negociação de financiamentos na área de educação ambiental (III).
 - C.() Definição de diretrizes para implementação em âmbito nacional (I); articulação, coordenação e supervisão de planos, programas e projetos na área de educação ambiental, em âmbito nacional (II); participação na negociação de financiamentos a planos, programas e projetos na área de educação ambiental (III).
 - D.() Definição de projetos em âmbito nacional (I); articulação, coordenação e supervisão de planos e programas na área de educação ambiental, em âmbito nacional (II); participação na negociação de financiamentos de programas na área de educação ambiental (III).



4. A Lei 9782/99 define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Sobre contrato de gestão (capítulo IV- Art.19), está correto o disposto na alternativa:
- A.() A Administração da Agência será regida por um contrato de gestão, negociado entre o seu Diretor-Presidente e o Ministro de Estado da Saúde, ouvidos previamente os Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo máximo de noventa dias seguintes à nomeação do Diretor-Presidente da autarquia.
 - B.() A Administração da Agência será regida por um contrato de gestão, negociado entre o seu Diretor-Presidente e o Ministro de Estado da Saúde, ouvidos previamente os Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo máximo de sessenta dias seguintes à nomeação do Diretor-Presidente da autarquia.
 - C.() A Administração da Agência será regida por um contrato de gestão, negociado entre o seu Diretor-Presidente e o Ministro de Estado da Saúde, ouvidos previamente os Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo máximo de trinta dias seguintes à nomeação do Diretor-Presidente da autarquia.
 - D.() A Administração da Agência será regida por um contrato de gestão, negociado entre o seu Diretor-Presidente e o Ministro de Estado da Saúde, ouvidos previamente os Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo máximo de cento e vinte dias seguintes à nomeação do Diretor-Presidente da autarquia.
5. Conforme resolução CONAMA 237/97, em seu Art. 19, o órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrerem as situações abaixo descritas:
- I. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais.
 - II. Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença.
 - III. Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- Está (estão) correto(s):
- A.() Somente o item I.
 - B.() Somente os itens II e III.
 - C.() Somente os itens I e II.
 - D.() Os itens I, II e III.
6. Uma análise de água doce com OD superior a 2,0 mg/L O₂, em qualquer amostra está enquadrada (resolução 357/05, Art. 17) na classe citada na alternativa:
- A.() Classe 1
 - B.() Classe 2
 - C.() Classe 3
 - D.() Classe 4
7. A Lei Orgânica do Município de Santo Ângelo/RS (Art. 121) diz que, para garantir a gestão democrática no planejamento e política urbana, deverá o Município instituir, entre outros, conforme sua correta redação, o item da alternativa:
- A.() Órgão colegiado de política urbana e gestão orçamentária participativa.
 - B.() Debates, audiências.
 - C.() Conferências sobre assuntos de interesse urbano e rural.
 - D.() Iniciativa popular de projetos de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano e rural.
8. A Lei 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Em suas definições, para os efeitos dessa Lei, a definição de controle social (Art. 3º) corresponde corretamente à alternativa:
- A.() Controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.
 - B.() Controle social: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.
 - C.() Controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação sobre consumo.
 - D.() Controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, mas que não envolvem implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.



9. Conforme redação do Art. 34 - Lei 9433/97, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, é composto por:
- A.() I - Representantes dos Ministérios da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos; II - representantes indicados pelo CONAMA; III - representantes dos usuários dos recursos hídricos; IV - representantes das organizações civis de recursos hídricos.
 - B.() I - Representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos; II - representantes indicados pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos; III - representantes dos usuários dos recursos hídricos; IV - representantes das organizações civis de recursos hídricos.
 - C.() I - Representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento; II - representantes indicados pelo IBAMA; III - representantes dos usuários dos recursos hídricos; IV - representantes das organizações civis de recursos hídricos.
 - D.() I - Representantes dos Ministérios e Secretarias da Presidência da República com atuação no gerenciamento ou no uso de recursos hídricos; II - representantes indicados pelos Conselhos Municipais de Recursos Hídricos; III - representantes dos usuários dos recursos hídricos; IV - representantes das organizações jurídicas de recursos hídricos.
10. As normas NBR ISO 14000 são um conjunto de normas que buscam estabelecer ferramentas e sistemas para a administração ambiental de uma organização (DIAS, 2011 – p. 105). A ISO 14004 e 14040 correspondem respectivamente:
- A.() À rotulagem ambiental – Princípios básicos e Análise do ciclo de vida – Princípios gerais.
 - B.() À análise do ciclo de vida – Princípios gerais e Análise do Ciclo de vida – inventário.
 - C.() Aos sistemas de Gestão Ambiental – Diretrizes Gerais e Análise do ciclo de vida – Princípios gerais.
 - D.() À rotulagem ambiental – Princípios básicos e Análise do Ciclo de vida – inventário.
11. Em 1989, o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente introduziu o conceito de produção mais limpa (PML), sendo a aplicação contínua de uma estratégia ambiental preventiva e integral que envolve processos, produtos e serviços. De forma resumida a PLM adota os seguintes procedimentos (DIAS, 2011 – p. 145-146):
- I. **Quanto aos processos de produção:** conservando as matérias-primas e a energia, eliminando aquelas que são tóxicas e reduzindo a quantidade e a toxicidade de todas as emissões e resíduos.
 - II. **Quanto aos produtos:** reduzindo os impactos negativos ao longo do ciclo de vida do produto, desde a produção até sua disposição final.
 - III. **Quanto aos serviços:** incorporando as preocupações ambientais no projeto e fornecimento dos serviços.
- Está (estão) incorreto(s):
- A.() Somente o procedimento I.
 - B.() Somente o procedimento II.
 - C.() Os procedimentos I e III.
 - D.() Nenhum procedimento está incorreto.
12. A Resolução CONAMA que dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências está corretamente citada na alternativa:
- A.() RESOLUÇÃO CONAMA 305/2002
 - B.() RESOLUÇÃO CONAMA 358/2005
 - C.() RESOLUÇÃO CONAMA 460/2013
 - D.() RESOLUÇÃO CONAMA 417/2009



13. A Lei n.º 3.583/2011 dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico e o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSBP) do Município de Santo Ângelo e dá outras providências. Os empreendimentos deverão armazenar as águas coletadas para posterior utilização em atividades que não exijam o uso de água tratada (Art. 53). De acordo com parágrafo único desse artigo, as águas pluviais captadas nas coberturas das edificações deverão ser encaminhadas a uma cisterna ou tanque para utilização em atividades que não requeiram o uso de água tratada, proveniente da rede pública de abastecimento.
- Assinale a alternativa que corresponde corretamente a essas atividades:
- A. () Irrigação de jardim e hortas; lavagem de roupas; lavagem de veículos; lavagem de vidros, calçadas e pisos.
- B. () Irrigação de jardim e hortas; lavagem de verduras; lavagem de veículos; lavagem de vidros, calçadas e pisos.
- C. () Irrigação de jardim e hortas; lavagem de verduras; lavagem de veículos; para cozinhar.
- D. () Irrigação de jardim e hortas; lavagem de roupas; lavagem de veículos; lavagem de utensílios domésticos.
14. “Estabelece diretrizes para o desenvolvimento e a implantação da política de educação ambiental e institui a política municipal de educação ambiental no município de Santo Ângelo e dá outras providências”. Essa redação é pertinente à Lei:
- A. () N.º 9.795/1999.
- B. () N.º 3137/2007.
- C. () N.º 4233/2018.
- D. () N.º 3724/2017.
15. A resolução do CONAMA 491/2018, que dispõe sobre padrões de qualidade do ar, em seu Anexo III, registra níveis de atenção, alerta e emergência para poluentes e suas concentrações. Para o dióxido de enxofre (SO₂) µg/m³ (média de 24h), o valor para nível de emergência é:
- A. () 3000 µg/m³
- B. () 2100 µg/m³
- C. () 1600 µg/m³
- D. () 3200 µg/m³
16. A Portaria n.º 2.914/2011 dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. De acordo com o parágrafo 6º, do Art. 40, em função dos riscos à saúde que estão associados às cianotoxinas, “é vedado o uso de _____ para o controle do crescimento de microalgas e cianobactérias no manancial de abastecimento ou qualquer intervenção que provoque a lise das células”.
- A alternativa que complementa corretamente a questão é:
- A. () sulfato de alumínio
- B. () hipoclorito
- C. () algicidas
- D. () bicarbonato
17. O Decreto Municipal 3.094/2006 estabelece Normas de Proteção e Promoção da Arborização do Município de Santo Ângelo e dá Outras Providências. Para determinação dos espaçamentos, ficam estabelecidos parâmetros (Art. 3º), estando correta a descrição da alternativa:
- A. () Árvores de pequeno porte: altura máxima de 5 m; Árvores de médio porte: altura entre 5m e 8m; Árvores de grande porte: altura acima de 8 m.
- B. () Árvores de pequeno porte: altura máxima de 4 m; Árvores de médio porte: altura entre 4m e 8m; Árvores de grande porte: altura acima de 9 m.
- C. () Árvores de pequeno porte: altura máxima de 4 m; Árvores de médio porte: altura entre 5m e 8m; Árvores de grande porte: altura acima de 8 m.
- D. () Árvores de pequeno porte: altura máxima de 5 m; Árvores de médio porte: altura entre 6m e 8m; Árvores de grande porte: altura acima de 10 m.



18. A Resolução CONAMA 487/2018 define os padrões de marcação de animais da fauna silvestre, suas partes ou produtos, em razão de uso e manejo em cativeiro de qualquer tipo. Os lacres deverão atender às seguintes especificações (Art. 12), estando incorreta a alternativa:
- A. () Não permitir a reabertura sem que se perceba a violação.
 - B. () Sigla e logotipo conforme definido entre os órgãos ambientais competentes.
 - C. () Número da autorização emitida pela plataforma prevista no art. 7º.
 - D. () Numeração sequencial em grupos.
19. A Lei 3841/2014 altera a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo do Sistema Municipal de Proteção Ambiental - SISMA. No Art. 1º, parágrafo único, o Sistema Municipal de Proteção Ambiental é composto pelas estruturas: COMDEMA, FUMDEMA e SEMMA. Sobre essas estruturas, analise as definições a seguir e, após, marque a alternativa correta.
- I. COMDEMA – Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão permanente, de caráter consultivo, responsável pelo acompanhamento e implementação da Política Municipal de Meio Ambiente, no âmbito do Município de Santo Ângelo.
 - II. FUMDEMA – Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente, criado e regulamentado por essa lei, com finalidade de captação, repasse e aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento da política municipal de proteção ao meio ambiente.
 - III. SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, órgão executivo, com atribuições específicas definidas nessa lei.
- A. () As definições II e III estão corretas e a I está incorreta.
 - B. () As definições I e II estão corretas e a III está incorreta.
 - C. () As definições I, II e III estão incorretas.
 - D. () As definições I, II e III estão corretas.
20. Processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do SISNAMA e, se couber, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) (Art. 2º, Res. CONAMA 481/2017). Essa é a definição do item da alternativa:
- A. () Compostagem
 - B. () Composto
 - C. () Reciclagem
 - D. () Resíduos recicláveis
21. A Lei Estadual 11.520/2000 instituiu o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Conforme a redação de seu Art. 3º, está correta a alternativa:
- A. () Todas as pessoas, jurídicas, devem promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir, às suas expensas, os efeitos da atividade degradadora ou poluidora por elas desenvolvidas.
 - B. () Todas as pessoas, físicas e jurídicas, devem promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir, às suas expensas, os efeitos da atividade degradadora ou poluidora por elas desenvolvidas.
 - C. () Todas as pessoas, físicas e jurídicas, devem promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, assim como corrigir ou fazer corrigir, às suas expensas, os efeitos da atividade degradadora ou poluidora por elas desenvolvidas.
 - D. () Todas as pessoas, físicas e jurídicas, devem promover e exigir medidas que garantam a qualidade do meio ambiente, da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir os efeitos da atividade degradadora ou poluidora por elas desenvolvidas.
22. Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados (Lei nº 11.105/2005). Conforme Capítulo VIII, dos crimes e das penas, para os crimes de utilizar, comercializar, registrar, patentear e licenciar tecnologias genéticas de restrição do uso, está prevista (Art. 28) a pena de reclusão correspondente ao período de:
- A. () 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
 - B. () 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.
 - C. () 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
 - D. () Seis meses a 5 (cinco) anos, e multa.



23. Ficam proibidos, em todo o território nacional, enquanto persistirem as condições que configurem risco à saúde, o ingresso e a comercialização de matéria-prima e produtos acabados, semielaborados ou a granel para uso em seres humanos, cujo material de partida seja obtido a partir de tecidos/fluídos de animais ruminantes, relacionados às classes de medicamentos, cosméticos e produtos para a saúde, conforme discriminado. A Resolução que corresponde a esse enunciado é o da alternativa:
- A.() RESOLUÇÃO CONAMA 305/2002
 - B.() RESOLUÇÃO CONAMA 358/2005
 - C.() RESOLUÇÃO CONAMA 460/2013
 - D.() RESOLUÇÃO CONAMA 417/2009
24. As hepatites virais são doenças provocadas por diferentes vírus hepatotrópicos que apresentam características epidemiológicas, clínicas e laboratoriais distintas. Possuem distribuição universal e observam-se diferenças regionais na sua ocorrência e magnitude em todo mundo, variando de acordo com o agente etiológico (Guia de vigilância epidemiológica, p. 23 - 7ª edição). Têm grande importância para a saúde pública em virtude do número de indivíduos acometidos e das complicações resultantes das formas agudas e crônicas da infecção. Sobre seus agentes etiológicos, do ponto de vista clínico e epidemiológico, está correta a alternativa:
- A.() Os agentes etiológicos mais relevantes são os vírus A, B e C.
 - B.() Os agentes etiológicos mais relevantes são os vírus A, B, C e D.
 - C.() Os agentes etiológicos mais relevantes são os vírus A, B, C e E.
 - D.() Os agentes etiológicos mais relevantes são os vírus A, B, C, D e E.
25. A sífilis é uma doença infecto-contagiosa sistêmica, de evolução crônica. A sífilis congênita é a infecção do feto, transmitida por via placentária, em qualquer momento da gestação ou estágio clínico da doença em gestante não tratada ou inadequadamente tratada. Sua ocorrência evidencia falhas dos serviços de saúde, particularmente da atenção ao pré-natal, pois o diagnóstico precoce e tratamento da gestante são medidas relativamente simples e bastante eficazes na prevenção dessa forma da doença (Guia de vigilância epidemiológica, p. 47 - 7ª edição). O Agente etiológico é:
- A.() *Treponema pallidum*
 - B.() *Treponema denticola*
 - C.() *Treponema carateum*
 - D.() *Treponema pertenue*

Legislação

26. Sobre impostos municipais, analise as seguintes afirmativas, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas:
- () O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
 - () O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana não poderá ter alíquotas diferentes com base na localização e uso do imóvel.
 - () É vedado ao município exigir ou aumentar tributos sem lei que o estabeleça.
 - () É permitido ao município instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- Está correta a sequência de V e F da alternativa:
- A.() F, F, F, V.
 - B.() V, V, F, F.
 - C.() V, F, V, F.
 - D.() F, V, V, F.



27. Sobre a administração pública do município de Santo Ângelo, considere as seguintes afirmações, colocando V para as verdadeiras e F para as consideradas falsas:
- () No que tange à administração, o município de Santo Ângelo é regido pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e participação popular nas decisões.
 - () Para os cidadãos munícipes obterem informações sobre assuntos referentes à administração pública municipal, faz-se necessária a anuência prévia do chefe do poder executivo.
 - () Todas as medidas do poder público municipal de grande repercussão na comunidade devem ser discutidas com as entidades representativas do município.
 - () A administração pública direta ou indireta não está proibida de contratar empresas que façam uso do trabalho infantil ou outras práticas ilegais na administração da mão de obra.
- Está correta a sequência V e F da alternativa:
- A. () V, V, F, F.
 - B. () F, V, F, F.
 - C. () F, F, V, F.
 - D. () V, F, V, F.
28. A Lei Orgânica (artigos 84 e 85), ao tratar das atribuições do Prefeito, distingue entre a competência privativa e a simples competência. São competências privativas do Prefeito as seguintes, exceto a da alternativa:
- A. () Elaborar e apresentar à Câmara projeto de emenda à Lei Orgânica do Município.
 - B. () Representar o Município em juízo ou fora dele.
 - C. () Nomear e exonerar os secretários municipais.
 - D. () Vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
29. Remoção é o deslocamento do servidor de uma para outra repartição. Sobre o tema, com base no artigo 42 e seguintes do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Santo Ângelo, leia e considere as seguintes colocações, marcando com F as falsas e com V as consideradas verdadeiras:
- () A remoção ocorrerá a pedido, atendida a conveniência do servidor ou de ofício, no interesse da administração, devidamente justificada.
 - () Não cabe ao servidor removido o pedido de revisão do ato, mesmo diante de grave prejuízo ao mesmo.
 - () A remoção será feita por ato da autoridade competente.
 - () A remoção por permuta será precedida de requerimento firmado por ambos os interessados.
- Está correta a sequência de V e F da alternativa:
- A. () V, F, V, V.
 - B. () F, F, V, V.
 - C. () V, V, F, V.
 - D. () F, V, F, F.
30. A investidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, com ressarcimento de todas as vantagens, chama-se corretamente de acordo com a alternativa:
- A. () Posse.
 - B. () Nomeação.
 - C. () Reintegração.
 - D. () Readaptação.